



Superior Tribunal de Justiça

INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GDG N. 1 DE 9 DE JANEIRO DE 2020.

Altera a IN STJ/GDG n. 18/2019, que dispõe sobre o Programa de Concessão de Bolsas de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* no Superior Tribunal de Justiça.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 16.2, inciso X, alínea “b”, do Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça e considerando o que consta do Processo STJ n. 9.873/2015,

RESOLVE:

Art. 1º O § 3º do art. 11 da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 18 de 2 de setembro de 2019](#) passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 11. ...

...

§ 3º Os documentos que comprovem o atendimento do critério previsto no item 9 do anexo deverão ser apresentados à Ecorp até o último dia de inscrição do processo seletivo, sob risco de sua pontuação ser desconsiderada.”

Art. 2º O anexo da [IN STJ/GDG n. 18/2019](#) fica atualizado na forma do anexo desta instrução normativa.

Art. 3º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Lúcio Guimarães Marques

Anexo

(Art. 7º da Instrução Normativa STJ/GDG n. 1 de 9 de janeiro de 2020)

CRITÉRIOS DO PROCESSO SELETIVO		
	Critério	Pontos
1	Situação funcional:	
	1.1 Servidor ocupante de cargo efetivo no STJ;	
	1.2 Servidor cedido ao Tribunal ocupante de cargo efetivo de outros órgãos do Poder Judiciário.	20
		10
	1.3 Servidor cedido ao Tribunal ocupante de cargo efetivo de outros órgãos/entidades da União, estados, Distrito Federal e municípios.	5
2	Para os optantes por bolsa de pós-graduação:	
	<u>2.1 Lato-sensu</u> : não ter especialização em áreas de interesse do Tribunal, observadas as atribuições do cargo efetivo e/ou do cargo em comissão e da função de confiança em que o servidor esteja investido.	15
	ou	
	<u>2.2 Stricto sensu</u> : não ter mestrado/doutorado em áreas de interesse do Tribunal, observadas as atribuições do cargo efetivo e/ou do cargo em comissão e da função de confiança em que o servidor esteja investido.	15
3	Não ter sido beneficiado com qualquer bolsa de estudo em processos seletivos nos últimos cinco anos, a contar da conclusão ou do cancelamento da bolsa.	10
4	Tempo de exercício no Tribunal.	1 ponto para cada ano completo, limitado a 20 pontos.
5	Tempo de titularidade de cargo de gerência no Tribunal (FC – 6 a CJ 4).	1 ponto para cada semestre completo, limitado a 10 pontos.
6	Tempo de designação como substituto de cargo de gerência no Tribunal (FC – 6 a CJ 4).	0,5 ponto para cada semestre completo, limitado a 5 pontos.
7	Tempo de exercício de outros cargos e funções.	0,5 ponto para cada

		ano de exercício completo, limitado a 5 pontos
8	Ter atuado como instrutor interno nos 24 meses anteriores ao mês do processo seletivo em curso.	2 pontos para cada ação, limitado a 6 pontos.
9	<p>Publicação, em periódico nacional ou internacional, de livros ou artigos científicos que versem sobre área de interesse do Poder Judiciário nos últimos 36 meses,</p> <p>9.1. Livros</p> <p>9.2. Artigos</p>	<p>5 pontos para cada livro publicado, limitado a 25.</p> <p>2 pontos para cada artigo publicado, limitado a 10.</p>
10	Participação em ações de educação corporativa promovidas pelo Tribunal nos últimos 48 meses, com carga horária mínima de oito horas.	0,5 ponto para cada ação, limitado a 10 pontos.